

Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Ruanda: Os avanços na promoção da igualdade de gênero e a ascensão das mulheres na política no pós-genocídio**

**Suenia Lagares Batista**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Eiiti Sato

Brasília

Março de 2015

## **Resumo**

O objetivo deste trabalho é analisar os avanços da promoção da igualdade de gênero em Ruanda no pós-genocídio, com ênfase na rápida ascensão das mulheres nas esferas políticas do país. Atualmente, Ruanda é o país com a maior representatividade feminina parlamentar do mundo. É importante entender a trajetória e o papel da mulher na sociedade ruandesa antes, durante e após o genocídio para se chegar à conclusão de que de fato grandes mudanças ocorreram e que os mecanismos implementados para o empoderamento da mulher no país foram bem sucedidos.

**Palavras- chave:** Ruanda; igualdade de gênero; mulheres.

## **Abstract**

The aim of this paper is to analyse the advancements in promoting gender equality in Rwanda after the genocide, emphasizing the rapid rise of women in the political field. Currently, Rwanda is the country with the highest proportion of women parliamentarians in the world. In order to understand that, it is important to consider women's role in Rwandan society before, during and after the genocide. Indeed, great changes have been achieved towards women empowerment in Rwanda thanks to the successful mechanisms implemented in the country during the last two decades.

**Keywords:** Rwanda, gender equality, women

## INTRODUÇÃO

Ruanda é um pequeno país localizado na África centro-oriental, com uma população de 11 milhões de habitantes, aproximadamente. Sua população é dividida em três etnias: Hutu que representa 84%, Tutsi com 15% e Twa com 1%. Sua população é majoritariamente jovem, com idades entre quatorze e vinte cinco anos. a economia de Ruanda é sustentada 90% pela agricultura e atividade mineradora para fins turísticos. É um país com uma diversidade muito grande no que tange à religião, pois é possível encontrar católicos, protestantes, cristãos, muçulmanos e até ateus divididos entre as etnias.

Entre abril e junho de 1994, o país viveu um período de terror que marcou muito a história do país e a vida de muitos ruandeses, em especial a etnia Tutsi que teve sua população reduzida em quase 20% do seu total, estimando-se o massacre de oitocentas mil pessoas. (ONU, 2004) Massacre esse cometido pela a etnia Hutu que representa a maioria da população ruandesa. Não há consenso a respeito do motivo do massacre, alguns afirmam que é uma questão política para a etnia Hutu se manter no poder e outros acreditam que o motivo esta nas raízes de ódio ancestrais entre as etnias.

Apesar do massacre, é possível identificar algumas mudanças positivas na política local de Ruanda, como uma participação ativa das mulheres na política, pois com a necessidade de reconstrução e manutenção da paz num cenário pós conflito sua participação ganhou mais força, situação jamais possível antes do ocorrido em 1994.

Atualmente, a representação global de mulheres nos parlamentos é de menos de 22%. Porém num contexto mundial, Ruanda tem uma representatividade de 64% de mulheres no seu parlamento nacional e é o país com a maior representatividade feminina no mundo. (UN WOMEN, 2015) Tem sido exemplo na promoção das relações de igualdade de gênero, que se deu principalmente após a revisão da constituição em 2003, implementando novas leis com ênfase numa maior participação feminina, de acordo com parâmetros internacionais estabelecidos.

Sabe-se que o tema é relevante para o estudo das Relações Internacionais, pois trata-se de uma realidade global em que, mesmo com os avanços alcançados nas últimas décadas, as mulheres continuam sendo sub-representadas em praticamente todas as esferas da sociedade. Um dos oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) é promover a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. (UNDP, 2015)

A comunidade internacional reconhece a necessidade de incluir a mulher no processo de desenvolvimento mundial, a fim de criar economias mais estáveis e sociedades mais justas, melhorando a qualidade de vida não somente das mulheres, mas da sociedade em geral.

Esse artigo se propõe a discutir a transformação que houve em relação à mulher na sociedade ruandesa nas duas últimas décadas e entender como se deu a rápida ascensão feminina na esfera política nesse mesmo período. Houve de fato uma transformação no papel da mulher em Ruanda no pós-genocídio? Quais foram os fatores determinantes para que tal mudança ocorresse? A hipótese é que o massacre de 1994 que deixou toda uma nação destruída gerou ao país a necessidade de se reinventar, pois as mulheres puderam identificar uma nova oportunidade de mudança no contexto político de Ruanda rumo a uma maior participação feminina nas esferas de poder, transformando assim seu papel na sociedade. Os fatores determinantes para que isso ocorresse se deu pelo esforço das mulheres ruandesas e pela implementação de novas leis nacionais favorecendo a população feminina. No entanto, o foco principal do trabalho é a participação política da mulher ruandesa.

O trabalho mostra um breve histórico sobre o genocídio, a análise de alguns desafios para a reconstrução do país no pós-genocídio, ações implementadas para que os responsáveis fossem punidos, e por fim, porém não menos importante, o papel e a situação da mulher na sociedade antes e durante o conflito, considerando os avanços nas relações de gênero e o envolvimento político.

## **1. O genocídio de 1994 e a situação da mulher antes e durante o conflito**

Ruanda, considerado um dos menores países do continente Africano, tornou-se conhecida por ter sido palco de conflitos étnicos que resultaram no genocídio de 1994, no qual quase um milhão de pessoas foram assassinadas em apenas cem dias, e também no qual a comunidade internacional falhou em ajudar e parar com o massacre.

As diferenças e divergências entre as duas etnias, Hutu e Tutsi, datam desde a época colonial, quando uma divisão entre a população foi criada pela administração colonial alemã, e posteriormente belga, que classificaram a população ruandesa entre Tutsis, Hutus e Twas, essa divisão foi feita de acordo com algumas características físicas e sociais, criando e distribuindo identidades para que essa divisão étnica pudesse ser identificada.

Os Tutsis eram a minoria e foram considerados superiores aos Hutus, por terem maior estatura, narizes mais finos e uma pele negra mais clara. Eram considerados mais bonitos e inteligentes. Os Tutsis gozavam de certos privilégios e status social, concedidos tanto pelos colonizadores alemães, quanto pelos belgas, que tomaram o controle do país após a Alemanha ter sido derrotada na Primeira Guerra Mundial. Essa consciência de que uma etnia era melhor ou mais superior a outra é visivelmente identificada como herança da era colonial. Ou seja, considerados superiores pelos europeus, os Tutsis foram escolhidos por eles para que fossem seus colaboradores na administração colonial de Ruanda, e com isso se tornaram mais ricos e dominantes sobre as outras etnias. Por esses fatores, os hutus se sentiam oprimidos e acreditavam ter um status social inferior.

Após a independência do país em 1961 e com a entrada de um governo Hutu, os Tutsis começaram a sofrer constantes perseguições, milhares morreram em conflitos internos e muitos tiveram de deixar o país, sendo exilados para países vizinhos. Com esse cenário político e social as rivalidades entre as etnias só aumentavam. Assim, com o passar dos anos os conflitos, a exclusão social e as

propagandas de ódio criaram um cenário ideal para que em abril de 1994 tivesse início ao grande massacre que intentava eliminar toda a população Tutsi.

Portanto, na construção da identidade populacional de Ruanda, foram disseminados valores errados no que diz respeito ao modo como cada etnia se via em relação a outra. Valores esses que foram coletivamente compartilhados por agentes sociais durante um longo período de tempo. Esse modo de pensar e de interpretar a vida social em Ruanda em relação a outro ser humano, materializou-se em forma de extermínio e matança. Acredita-se que esse acontecimento não foi um mero acidente e que poderia ter sido evitado pela construção de ideias opostas, e conseqüentemente o contexto social de Ruanda não teria levado ao massacre de 1994.

Não se faz necessário aprofundar-se nas conseqüências do genocídio, porém é importante citar a título de informação o que a professora de geografia de uma universidade do Canadá, JEFREMOVAS, argumentou: “...Não foi o ódio pela outra etnia o fator principal que levou à tentativa de extermínio da etnia Tutsi durante os cem dias de massacre...”. Ela afirma que fatores como pobreza, crescimento populacional e uma menor disponibilidade de terras, políticas regionais e outros fatores socioeconômicos foram os verdadeiros motivos que levaram o país ao genocídio. Ela considera também que a situação desesperadora em que as pessoas se encontravam as tornaram mais vulneráveis à manipulação política do governo, dos extremistas e da mídia, para que se levantassem contra o grupo Tutsi. (JEFREMOVAS, 2004: 29)

Em todo caso, o conflito armado liderado pelos extremistas Hutus na tentativa de exterminar a etnia Tutsi, não chocou e maltratou somente o ruandeses, mas chocou o mundo de uma maneira geral. Dentro deste contexto, as mulheres e crianças eram os mais vulneráveis. A violência e discriminação contra a mulher é um problema universal e em circunstâncias de guerras e conflitos civis essa realidade torna-se ainda mais grave, pois as mulheres se encontram entregues ao abuso e à falta de proteção, e servem simbolicamente como um troféu para os inimigos.

O estupro já é conhecido de longa data como uma arma de guerra durante conflitos armados e em Ruanda a realidade não foi diferente. As mulheres foram

sujeitadas a todo tipo de violência sexual, física e emocional numa escala massiva, e estima-se que entre duzentas e cinquenta e quinhentas mil sofreram graves abusos durante o genocídio, dentre as quais muitas delas nesse período foram infectadas com o Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV. (ONU, 2015).

Após o genocídio, o país ficou devastado com milhares de corpos por todos os lados e uma situação econômica e de pobreza deploráveis. Foram cem dias em que o país parou suas atividades cotidianas, dias de terror e matança, nos quais foram destruídas praticamente todas as instituições governamentais e sociais do país.

As consequências e perdas na vida dessas sobreviventes são incalculáveis. Além da perda dos familiares, dentre eles pai, marido e irmãos, que eram os seus provedores e protetores. Essas mulheres foram condenadas e obrigadas a viverem com os traumas que sofreram durante esse período. Muitas delas ficaram grávidas em virtude dos estupros coletivos e como consequência a grande maioria não sabia quem era o pai. Estima-se que mais de cinco mil crianças nasceram como resultado dos estupros cometidos durante o conflito. (NEWBURY, 2000a:5)

Antes do genocídio as mulheres constituíam 50% da população, e, após o massacre que dizimou a vida de milhares de homens, calcula-se que a população feminina passou a ser aproximadamente 70% da população, imediatamente após o fim do conflito. (VALJI, 2007:6)

Tradicionalmente, antes de 1994, Ruanda era uma sociedade muito patriarcal onde o homem exercia o poder sobre os outros membros da família. As mulheres tinham os direitos restritos e eram preparadas para se tornarem donas de casa, esposas e mães. No caso da mulher, ficar solteira na cultura africana é socialmente inaceitável. Consequentemente, esse era o papel central da mulher na sociedade ruandesa. Elas eram dependentes da autoridade dos pais, maridos ou irmãos e só podiam exercer atividades comerciais e adquirir propriedades com o consentimento deles. Ainda que dado esse consentimento, as mulheres tinham seus direitos limitados, pois tanto na cultura como na legislação, tudo era considerado como pertencendo ao marido. (SILVA, 2011:100)

As mulheres também não tinham direito à herança, pois esse era um direito passado somente de pai para filho. Portanto, quando a mulher se tornava viúva, podia usufruir das terras que pertencia ao marido, e em alguns casos administrá-las, porém não lhe era dado o direito de vendê-las e, caso não tivesse filhos homens, corria ainda o risco de lhe serem tomadas pelos parentes do marido falecido. (JEFREMOVAS, 1991:384).

As meninas em geral não tinham acesso à educação, conseqüentemente não se qualificavam e na vida adulta não lhes eram permitidas exercer certos tipos de profissões. Trabalhavam nos campos, pois tinham a responsabilidade de cuidar e alimentar a casa, enquanto os homens caçavam e iam à guerra, com a responsabilidade de proteger a família.

O casamento entre as diferentes etnias eram comuns, porém era mais comum um homem Tutsi se casar com uma mulher Hutu, que um homem Hutu se casar com uma mulher Tutsi. Isso se deve ao fato da etnia ser considerada entre eles como um fator de status social. O grupo étnico era um fator determinante na linhagem da família, pois a etnia era transferida do pai para o filho. Portanto, o filho de um homem Hutu com uma mulher Tutsi, seria considerado Hutu. As relações sociais entre os grupos étnicos eram de desigualdade, o que por fim criou certa distância entre eles. (ADEKUNLE, 2007:104)

## **2. Os desafios do país no pós-genocídio**

Com o fim do genocídio, Ruanda tinha vários desafios pela frente. O novo governo em transição ficou com a árdua tarefa de socorrer as vítimas, enterrar os mortos, prender e punir os culpados. Era necessário reconstruir o país, reestruturar as áreas políticas, sociais e econômicas, e pôr fim à cultura de impunidade a fim de promover a reconciliação, restabelecer a paz e prevenir que outros conflitos étnicos acontecessem no futuro.

Aproximadamente dois milhões de Hutus fugiram para os países vizinhos, temendo vingança por parte dos Tutsis. (CIA, 2014) Com o novo governo transitório, na intenção de promover reconciliação, houve vários apelos aos refugiados para que retornassem ao país. De acordo com a Central de Inteligência Americana (CIA), a maioria deles retornou, mas milhares ainda restam na República Democrática do Congo e formaram uma insurgência extremista para a retomada de Ruanda, assim como fizeram o grupo da Frente Patriótica Ruandesa (RPF), em 1990.

Para as mulheres, o desafio e objetivo inicial era encontrar abrigo e comida. O número de mulheres como chefes de família aumentaram consideravelmente com a morte de tantos homens durante o conflito. Com o tempo, elas começaram a se juntar para criar organizações de ajuda, construíram casas, plantações e outros trabalhos que antes não eram habituadas a exercer. Essas organizações se tornaram para muitas delas, viúvas e mulheres que tinham perdido todos os familiares, a própria família.

A maioria das mulheres sobreviventes tinham pouca ou nenhuma educação, e pouca experiência com o mercado de trabalho. Além disso, após o fim do massacre, poucas das que sofreram algum tipo de violência e foram infectadas com o vírus HIV puderam receber de imediato tratamento médico e psicológico. Muitas delas eram viúvas que perderam tudo no genocídio, família, bens, e a dignidade. Muitas das sobreviventes adotaram crianças órfãs que sobreviveram ao massacre. De acordo com a UNICEF, 300.000 crianças foram vítimas do conflito, e 95.000 delas ficaram órfãs no final do genocídio. (UNICEF, 2004)

Os primeiros anos após o genocídio foram confusos e as pessoas ainda lutavam para entender o que havia acontecido. Para se avançar na reconstrução do país, um dos passos principais era promover a reconciliação. Nesse processo, se tornava obrigatório que os responsáveis pelo massacre e criminosos fossem punidos e justiça fosse feita às vítimas. Para isso, Ruanda usou de diferentes mecanismos de justiça a fim de punir os abusos aos direitos humanos cometidos durante o genocídio.

O governo no pós-genocídio aplicou a forma de justiça transicional para resolução dos conflitos, que é definida como:

Pode-se definir a justiça transicional como o esforço para a construção da paz sustentável após um período de conflito, violência em massa ou violação sistemática dos direitos humanos. O objetivo da justiça transicional implica em processar os perpetradores, revelar a verdade sobre crimes passados, fornecer reparações às vítimas, reformar as instituições perpetradoras de abuso e promover a reconciliação (ZYL, 2011, p. 47)

Além de outros elementos, as duas principais formas de justiça transicional foram implementados no país: a retributiva e a restaurativa. O principal objetivo era punir os responsáveis por seus crimes e promover o perdão e a reconciliação no país. A justiça retributiva foi aplicada através do Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR), e a justiça restaurativa através dos tribunais de Gacaca.

A justiça retributiva é um mecanismo que se refere particularmente à punição daqueles que cometeram crimes e violações dos direitos humanos. Dentro dessa categoria, o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR), criado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, foi o responsável em julgar os responsáveis pelo genocídio e as violações das leis internacionais cometidas no país. Entretanto, esse mecanismo não foi suficiente, pois os custos eram altos e os processos muito

burocráticos e lentos. Além disso, o tribunal foi estabelecido na cidade de Arusha, na Tanzânia, o que causava dificuldades para testemunhas ou pessoas que quisessem acompanhar os julgamentos.

A justiça restaurativa é um processo que busca reparações coletivas, nos quais todos os indivíduos afetados pela ofensa causada lidam coletivamente com as consequências.

No caso de Ruanda, a sociedade não poderia esperar que todos os casos fossem julgados via o TPIR, eles precisavam ver rapidamente que justiça estava sendo feita de alguma forma e os culpados não ficavam impunes de seus crimes. Desse modo, o sistema Gacaca, que já era parte da cultura ruandesa antes do genocídio, foi adaptado e também aplicado para que se tivesse uma resposta mais imediata para o problema da impunidade.

O sistema Gacaca consistia em tribunais populares, administrados pela própria população, onde homens e mulheres podiam confrontar os acusados em busca da verdade e reconciliação, os quais eram encorajados a confessar os crimes cometidos e a fazerem pedidos públicos de perdão. Em sua versão moderna, o sistema não usava mais os costumes e códigos morais da região para os julgamentos, como era feito antigamente, mas se baseava em leis mais compatíveis com os elementos do Direito Internacional.

Os dois mecanismos mencionados tiveram falhas e adaptações à realidade do contexto cultural do país e pós-guerra. Uma das críticas ao sistema Gacaca, por exemplo, é que muitas mulheres que tinham sofrido algum tipo de violência sexual não ousavam denunciar seus agressores. Meninas e mulheres que experimentam esse tipo de violência costumam ter mais dificuldades em participar da vida pública na sociedade por se sentirem estigmatizadas, e como consequência muitas delas não tinham coragem ou preferiam não expor o que passaram diante da comunidade. Isso também se dava por uma das características que tornou o genocídio em Ruanda distinto de outros conflitos históricos, que foi a proximidade entre a vítima e o perpetrador. No conflito, o inimigo era o vizinho, o professor, o líder religioso, pessoas que faziam parte da própria comunidade.

Fazer o país avançar nessas condições não era uma tarefa fácil. Tanto a população quanto o governo transitório tiveram que passar por uma profunda transformação e comprometimento para realizar as mudanças necessárias. Não era apenas uma questão de restaurar a economia e reconstruir as instituições, mas de restaurar também a honra e a dignidade da população.

Para atingir seus objetivos, o país tem trabalhado em torno de uma economia sustentável. Duas décadas mais tarde, já podemos ver os frutos de uma sociedade transformada e hoje o país já é uma economia estável. De acordo com o Relatório de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, Ruanda é a terceira economia mais competitiva da África subsaariana. (WEF, 2013-2014) Entre os 48 países africanos que registraram progressos em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Ruanda comanda o primeiro lugar, segundo a 'ONE data Report'.

Os investimentos em educação também foram massivos e hoje giram em torno de 20% do orçamento nacional. A constituição de 2003 garante o acesso gratuito e obrigatório a educação primária, e a proporção de crianças na escola é de 96.5%. Uma das prioridades é oferecer uma educação para todos, sem discriminação de gênero.<sup>1</sup>

Por fim, o governo tem trabalhado para reduzir a miséria no país, que ainda é um dos mais pobres do mundo. Estima-se que antes do genocídio, 70% das famílias viviam na linha de miséria, porém entre os anos de 2008 a 2012 conseguiram avançar reduzindo esses dados em 13%. De acordo com o Banco Mundial a taxa de pobreza ainda está em 44.9%. (NEWBURY, 2000b:7) Para combater os níveis de pobreza no país, o governo tem adotado medidas políticas inclusivas para as comunidades, e como a maioria vive em áreas rurais, o objetivo é incluí-los nos projetos de desenvolvimento.

---

<sup>1</sup> The New Times, 'Gender equality In education: What is Happening to Our girls?', Rwanda's first Daily. <[http://www.newtimes.co.rw/news/views/article\\_print.php?1308&a=171&week=40&icon=Print](http://www.newtimes.co.rw/news/views/article_print.php?1308&a=171&week=40&icon=Print)> Acesso em: 15/03/2015

### **3. Os avanços nas relações de gênero e o empoderamento feminino em Ruanda no pós-conflito**

Nos primeiros anos posteriores ao genocídio, as mulheres tiveram de se organizar para garantirem a igualdade na reconstrução do país e no desenvolvimento da nação. Antes, as mulheres não eram envolvidas nos processos políticos e a partir daquele momento, passaram a ter sobre si a responsabilidade de tomar parte na liderança do país e das tomadas de decisões. Todas as instituições se encontravam instáveis e havia a necessidade de restabelecer a segurança e a ordem para que o país pudesse caminhar rumo à um novo recomeço.

Durante esse período foi preciso haver uma mudança de mentalidade e da maneira que a mulher era vista na sociedade. Não só os homens, mas as próprias mulheres tiveram de mudar essa mentalidade em relação a elas mesmas e sobre o papel que desde então exerceriam na sociedade. Esse novo papel exercido pela mulher também era importante para encorajar outras mulheres sobreviventes, pois era importante se reconhecerem nessas lideranças femininas e saberem que tinham quem as representassem. Dificilmente teria sido possível seguir em frente na busca pela restauração e reconciliação sem que as mulheres fizessem parte desse processo.

É importante ressaltar que, no caso específico de Ruanda, a rápida ascensão participativa das mulheres nas esferas políticas e econômicas do país se deu por uma urgente necessidade. Enquanto no mundo inteiro as mulheres têm lutado para garantir a igualdade de direitos e conquistar um espaço e reconhecimento nas esferas públicas, privadas, e governamentais, em Ruanda o papel que as mulheres assumiram politicamente e economicamente se deu principalmente por uma real necessidade.

Devido à morte e exílio de muitos homens durante o genocídio, as mulheres passaram a ser mais da metade da população e desenvolveram um papel importante na pacificação do país. Ruanda possui atualmente a maior representatividade parlamentar feminina no mundo, ocupando atualmente 64% das cadeiras do Parlamento, o que é inédito e um resultado que mesmo muitos países desenvolvidos parecem longe de alcançar. Na economia a participação das mulheres também é

expressiva e estima-se que lideram em 65% na agricultura, que é a fonte principal de renda no país. (FAO, 2011)

A tabela a seguir permite observar a classificação mundial dos países de acordo com a proporção de mulheres nos parlamentos nacionais:

WORLD CLASSIFICATION									
Rank	Country	Lower or single House				Upper House or Senate			
		Elections	Seats*	Women	% W	Elections	Seats*	Women	% W
1	Rwanda	9 2013	80	51	63.8%	9 2011	26	10	38.5%
2	Bolivia	10 2014	130	69	53.1%	10 2014	36	17	47.2%
3	Andorra	4 2011	28	14	50.0%	---	---	---	---
4	Cuba	2 2013	612	299	48.9%	---	---	---	---
5	Seychelles	9 2011	32	14	43.8%	---	---	---	---
6	Sweden	9 2014	349	152	43.6%	---	---	---	---
7	Senegal	7 2012	150	64	42.7%	---	---	---	---
8	Finland	4 2011	200	85	42.5%	---	---	---	---
9	Ecuador	2 2013	137	57	41.6%	---	---	---	---
10	South Africa <sup>1</sup>	5 2014	400	166	41.5%	5 2014	54	19	35.2%
11	Iceland	4 2013	63	26	41.3%	---	---	---	---
"	Namibia	11 2014	104	43	41.3%	11 2010	26	6	23.1%
12	Spain	11 2011	350	144	41.1%	11 2011	266	90	33.8%
13	Mozambique	10 2014	250	99	39.6%	---	---	---	---
"	Norway	9 2013	169	67	39.6%	---	---	---	---
14	Belgium	5 2014	150	59	39.3%	7 2014	60	30	50.0%
15	Nicaragua	11 2011	92	36	39.1%	---	---	---	---
16	Timor-Leste	7 2012	65	25	38.5%	---	---	---	---
17	Denmark	9 2011	179	68	38.0%	---	---	---	---
"	Mexico	7 2012	500	190	38.0%	7 2012	128	43	33.6%
18	Netherlands	9 2012	150	56	37.3%	5 2011	75	27	36.0%
19	Angola	8 2012	220	81	36.8%	---	---	---	---
20	Slovenia	7 2014	90	33	36.7%	11 2012	40	3	7.5%

Fonte: Inter-Parliamentary Union, 2015. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm#1>

No estudo, 190 países foram classificados por ordem descendente de acordo com a porcentagem de mulheres nas câmaras legislativas - *lower or single house* - e Ruanda encabeça a lista. Os dados mostram que mesmo países altamente desenvolvidos não listam entre os primeiros vinte países com maior representatividade feminina parlamentar no mundo. O que também não é o caso de muitos países em desenvolvimento, onde ainda pode-se constatar imensa disparidade nas relações de gênero. Apenas a título de comparação, os Estados Unidos da América ocupam a 72ª posição, com 19.4% de mulheres no parlamento; o Brasil

ocupa a 118ª posição, com apenas 9% de cadeiras ocupadas por mulheres na câmara legislativa, bem atrás de países onde os direitos da mulher são ainda mais restritos, como por exemplo, o Afeganistão, que ocupa a 39ª posição, com 27.7% de cadeiras ocupadas por mulheres no parlamento.

Desde o início, o governo liderado pelo partido da Frente Patriótica de Ruanda (RPF) demonstrou uma ideologia inclusiva. Inicialmente, as mulheres se tornaram principalmente visíveis em setores não governamentais e nas áreas rurais, mas com o passar do tempo, elas passaram a ocupar também importantes cargos políticos, principalmente após a vitória do partido, mulheres foram designadas para altos cargos tais como ministras, secretárias de Estado e parlamentares. Além disso, como parte do processo de reorganização do Estado e com o objetivo de garantir a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento da mulher, foi criado o Ministério de Gênero, Família, e Assuntos Sociais, que em 1999 foi modificado para Ministério de Gênero e Promoção da Família. (BURNET, 2008:367)

As mudanças nas relações de gênero foram acontecendo gradualmente. O novo Ministério encorajou a criação de lideranças femininas em todos os níveis do governo e em 1998, eleições foram organizadas para a escolha de representações de lideranças femininas nas administrações governamentais, que mais tarde foram chamados de Conselhos de Mulheres. Esses conselhos participaram ativamente na elaboração de novas leis, incluindo a Constituição de 2003. Um dos exemplos é a lei que concedeu às mulheres o direito de herança, que foi resultado de uma luta das mulheres no Ministério de Gênero e das organizações não governamentais.

Em meados da década de 90, foi criado o Fórum Parlamentar Ruandês (FFRP), através do qual houve um maior esforço para aumentar o envolvimento feminino na política do país, o que motivou as mulheres a se envolverem politicamente e se unirem com o mesmo objetivo: trabalhar para o desenvolvimento do país e levar o crescimento de forma inclusiva e não discriminativa. Elas se uniram em vários setores para discutir e apresentar uma proposta para promoção da igualdade de gênero à Comissão Constitucional. Entre as propostas havia uma recomendação para que se incluísse uma quota de 30% de mulheres no parlamento. Quase todas as propostas apresentadas à Comissão foram aprovadas e o verdadeiro

grande impacto se deu na elaboração da nova Constituição em 2003. Já na primeira eleição, ainda em 2003, as mulheres conquistaram 48.8% das cadeiras no parlamento, um marco para o empoderamento feminino no país. (OSAGI, 2004:10)

Ruanda teve saltos históricos na proporção de mulheres no parlamento depois que a sua constituição nacional foi reescrita, com o estabelecimento de cotas para a representação das mulheres. Conforme ilustrado na tabela abaixo, em 1990, a proporção de mulheres no parlamento era de apenas 17.1%. Nas primeiras eleições democráticas realizadas em 2001 passaram a ser de 25.7%, e em 2004 e 2009 saltaram para 48.8% e 56.3%, respectivamente. Nas últimas eleições as mulheres tiveram um resultado incrível e passaram a ocupar 63.8% das cadeiras parlamentares, um fato histórico e que impressiona toda a comunidade internacional. (ONU, 2015)

*Seats held by women in national parliament, percentage*

Country or Area	Year	Value
Rwanda	2014	63.8
Rwanda	2013	56.3
Rwanda	2012	56.3
Rwanda	2011	56.3
Rwanda	2010	56.3
Rwanda	2009	56.3
Rwanda	2008	48.8
Rwanda	2007	48.8
Rwanda	2006	48.8
Rwanda	2005	48.8
Rwanda	2004	48.8
Rwanda	2003	25.7
Rwanda	2002	25.7
Rwanda	2001	25.7
Rwanda	2000	17.1
Rwanda	1999	17.1
Rwanda	1998	17.1
Rwanda	1997	17.1
Rwanda	1990	17.1

Fonte: Millennium Development Goals Database/United Nations Statistics Division; Disponível em: <<http://data.un.org/Data.aspx?q=rwanda&d=MDG&f=seriesRowID:557;countryID:646&c=2,3,4&s=countryEnglishName:asc,year:desc&v=1>> Acesso em: 23/03/2015

O país conseguiu levar a igualdade de gênero para o centro das tomadas de decisões políticas através da luta feminina e da boa vontade política em promover o

empoderamento feminino no país através de leis inclusivas que garantiram a elas o direito participativo. O governo entendeu que dificilmente conseguiria reconstruir o país deixando mais da metade da população fora desse processo.

As convenções e tratados internacionais serviram como inspiração para promoção da igualdade de gênero em Ruanda. Desde 1995, quando a Plataforma de Ação de Pequim para o empoderamento de mulheres foi adotada por cento e oitenta e nove países, estima-se que a média global de mulheres nos parlamentos aumentou de 11.3%, para 22.1%. Esse projeto e as novas discussões que ele traz devem servir aos países como referência nos esforços para a promoção na igualdade de oportunidades para mulheres e meninas. (IPU, 2015)

“A Plataforma de Ação de Pequim pediu a plena participação das mulheres nas esferas públicas, privadas e governamentais. Hoje, apenas uma de cada cinco parlamentares é mulher; A pandemia de violência contra mulheres e meninas afeta uma em cada três mulheres no mundo, apesar de ser reconhecida como uma grave violação dos direitos humanos e uma barreira para o desenvolvimento global. [...] Em apenas 42 países as mulheres detêm mais de 30 por cento dos assentos na legislatura nacional, e meninas ainda não possuem as mesmas oportunidades educacionais que os meninos. (...) Para a maioria da população, a igualdade de gênero não é somente uma preocupação, é um direito humano, uma preocupação para todos, porque nenhuma sociedade pode se desenvolver – economicamente, politicamente, ou socialmente – quando metade da sua população é marginalizada. Não podemos deixar ninguém para trás.” (ONU MULHERES, 2015).

Um dos mais importantes pilares das Nações Unidas é a promoção dos direitos humanos, do qual faz parte o princípio da não discriminação e igualdade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante direitos civis e políticos para todos, mas para que esses direitos se efetivem, é necessário que haja a implementação de instrumentos e leis de nível nacional pelo Estado. O suporte dado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) contribuiu e influenciou a adoção de leis que tornam a violência de gênero crime.

A comunidade internacional reconhece a importância da valorização da mulher através de mecanismos e incentivos do governo para promoção da igualdade de gênero, que é o terceiro dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

“Os Objetivos de desenvolvimento do milênio adotados no âmbito das Nações Unidas incorporam em sua meta a valorização da mulher e a igualdade entre homens e mulheres, estabelecendo-a como compromisso de ação dos governos de todo o mundo. Mecanismos padecem de frágil institucionalização, o que compromete de forma significativa a sua atuação e efetividade. A criação desses mecanismos foi tradicionalmente impulsionada pelo movimento organizado de mulheres. Entretanto, em outros casos a sua criação tem sido resultados de pressões da comunidade internacional (ONU, 2015)

Atualmente, Ruanda tem uma Constituição com base nos princípios da igualdade de gênero. O país se tornou comprometido a respeitar os princípios internacionais de Direitos Humanos e reconhece a importância em priorizar os Tratados Internacionais para construir uma sociedade mais justa. O processo para essas conquistas foi longo e progressivo, mas não teria sido possível sem que houvesse o engajamento e participação das mulheres.

O papel da mulher na sociedade ruandesa mudou extraordinariamente após o genocídio. Atualmente, os costumes e tradições mudaram no país e há uma nova cultura voltada para as relações de gênero. As mulheres tiveram de trabalhar em busca da superação social, econômica e emocional após o genocídio, e hoje, estão envolvidas e mais engajadas do que nunca nas mais diversas atividades. A necessidade de sobrevivência e reconstrução da sociedade lhes deu força e vontade de lutar por seus direitos e de recomeçar a vida de forma justa e digna.

Em Ruanda, podemos afirmar que houve uma verdadeira revolução na vida das mulheres. Elas agora têm o direito de comprar terras e ao se casar podem escolher pela separação de bens. Passaram a possuir também direito de herança – dividido igualmente entre a esposa, filhos e filhas. Hoje, tanto meninos como meninas tem direito a herança dos pais. E ainda mais, as mulheres passaram a ser mais respeitadas ao terem diante de si a chance de se tornarem mais independentes, a possibilidade de terem seus agressores punidos, e ao exercer influência e participar ativamente das tomadas de decisões na sociedade.

Durante o Fórum de Mulheres na França (Women's Forum), em 2014, Jessica Horn apontou a desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres como sendo a origem principal da violência contra a mulher, basicamente pelo fato de que as mulheres não são tão valorizadas na sociedade e em muitos países não possuem o direito de controle sobre o próprio corpo, educação e participação na economia. Portanto, a implementação de leis em favor do empoderamento de mulheres são essenciais para um efetivo combate à violência contra a mulher.

Infelizmente, não podemos dizer que todas as mulheres vítimas do genocídio puderam se recuperar do trauma e muitas ainda enfrentam diversas dificuldades, muitas delas financeiras. Atualmente, muitas mulheres ainda sofrem com a violência doméstica, mas significativas mudanças são percebidas. Os avanços que Ruanda tem conhecido são primordiais para que se tenha um impacto nas próximas gerações, que devem ser educadas para viver em uma sociedade mais justa, com equidade, e que trabalham juntos para defender os direitos uns dos outros.

## **Considerações finais**

Ruanda é atualmente considerado um dos melhores exemplos de como uma sociedade pode ser reconstruída a partir da força de vontade de seguir adiante, pois após passar por um conflito de tamanha grandeza, o país conseguiu dentro das suas limitações superar o ocorrido em 1994. Essa experiência mostra como é importante a inclusão de toda a sociedade no processo de restauração da paz, e a implementação dos mecanismos disponíveis para desenvolver um país com oportunidades iguais para todos.

As consequências do genocídio de 1994 e os desafios que vieram após ele e a grande representação das mulheres em todos os setores da sociedade, encorajaram uma transformação social, cultural e política no país. As mulheres tiveram de mudar o seu papel na sociedade ruandesa para que pudessem prosseguir em busca de um futuro digno para elas e para as próximas gerações.

Os avanços conquistados nas relações de gênero nas duas últimas décadas foram evidentes. Ao longo dos últimos vinte anos, a mulher se tornou protagonista na restauração política, social e econômica do país, e avançaram tanto em níveis regionais como nacional. A partir de 2003, com as cotas de gênero, elas tiveram a oportunidade de participar ativamente nos setores políticos do país e nas tomadas de decisões em todos os níveis de governo.

Ter se tornado nos últimos anos o país com a maior proporção de mulheres nos parlamentos é um perfeito exemplo para o mundo de como a conquista da igualdade de gênero depende da fusão entre a luta da mulher pela igualdade de direitos e da vontade política de promover e implementar mecanismos para que esses resultados possam ser efetivamente alcançados.

Ruanda deixa a lição da importância do papel da mulher para o desenvolvimento da sociedade, e que as leis que garantem o respeito aos Direitos Humanos e de oportunidades iguais para todos precisam ser implementados para que haja uma real mudança no crescimento justo e sustentável dos Estados.

## BIBLIOGRAFIA

- ADEKUNLE, Julius. *Culture and customs of Rwanda*. Greenwood Press, Wesport. 2007.
- ASHFORD, Lori S. Visão geral: mulheres no poder e na tomada de decisões. IPP Digital, United States of America Embassy. 2014. Disponível em: <<http://iipdigital.usembassy.gov/st/portuguese/publication/2014/07/20140717304139.html#axzz3R1plNJAd>> Acesso em: 20/03/2015
- BOSELEY, Sarah. Rwanda: A revolution in rights for women. **The guardian**. 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2010/may/28/womens-rights-rwanda>>. Acesso em : 24/03/2015
- BOWCOTT, Owen. Rwanda genocide: the fight to bring the perpetrators to justice. **The guardian**. 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2014/apr/02/rwanda-genocide-fight-justice>>. Acesso em 24/03/2015
- BURNET, Jennie E. Gender Balance and the Meanings of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda. 2008. *African Affairs*, 107/428, 361–386. Disponível em : <<http://afraf.oxfordjournals.org/content/107/428/361.full.pdf+html>> Acesso em: 15/03/2015
- CARPANEZZI, Mariana Bertol. É preciso palavras para construir o silêncio: O genocídio de Ruanda no discurso oficial do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Dissertação de mestrado Relações Internacionais, Brasília: Universidade de Brasília. 2008
- CIA – World Factbook, RW2014. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rw.html>> Acesso em: 14/03/2015
- DHS – The DHS Program. Rwanda. 2010. - Demographic and Health Survey. Disponível em: <<http://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR259/FR259.pdf>> Acesso em: 18/03/2015
- DUDMAN, Jane. Lessons from Rwanda's female-run institutions. **The guardian**, 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/society/2014/jul/01/lessons-rwanda-female-run-institutions-mps>> Acesso em: 15/03/2015
- DUDMAN, Jane. The 10 best and worst countries for female public leaders – in charts. **The guardian**, 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/public-leaders-network/2015/mar/06/best-worst-countries-female-public-leaders>> Acesso em: 15/03/2015
- DW – Deutsche Welle, Daniel Gakuba, Rwanda ends Gacaca genocide tribunals, *World Africa*, 2012. Disponível em: <<http://www.dw.de/rwanda-ends-gacaca-genocide-tribunals/a-16033827>> Acesso em: 24/03/2015
- FAO – *The Food and Agriculture Organization. The role of women in agriculture*. 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/013/am307e/am307e00.pdf>
- FUSINATO, Cristina Prachthäuser. Entre o local e o global: avanços e desafios do modelo de justiça de transição aplicado em Ruanda no pós-genocídio. Monografia de graduação em Relações Internacionais, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/124664/Monografia%20da%20Cristina%20Prachth%C3%A4user%20Fusinato.pdf?sequence=1>> Acesso em: 20/03/2015

HOWARD, Emma. Rwanda, 20 years on: how a country is rebuilding itself. The guardian, 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/global-development/2014/apr/03/rwanda-20-years-on-how-a-country-is-rebuilding-itself>> Acesso em: 15/03/2015

HUGGINS, Allison e RANDELL, Shirley K. Gender Equality in Education in Rwanda: What is happening to our Girls?. Cape Town, 2007. Pág. 1-20. Disponível em: <[https://www.academia.edu/6619016/Gender\\_Equality\\_in\\_Education\\_in\\_Rwanda\\_What\\_is\\_happening\\_to\\_our\\_Girls\\_1](https://www.academia.edu/6619016/Gender_Equality_in_Education_in_Rwanda_What_is_happening_to_our_Girls_1)> Acesso em: 15/03/2015

IPU – Inter-Parliamentary Union. Rwanda – Chambre des Députés. 2013. Disponível em: <[http://www.ipu.org/parline-e/reports/2265\\_E.htm](http://www.ipu.org/parline-e/reports/2265_E.htm)> Acesso em: 14/03/2015

IPU – Inter-Parliamentary Union. Determined action needed for gender parity in parliament despite 20 years of progress. 2015. Disponível em: <http://www.ipu.org/press-e/pressrelease201503051.htm> Acesso em: 16/03/2015

IPU – Inter-Parliamentary Union, Rwanda – Chambre des Députés. 2013. Disponível em: <[http://www.ipu.org/parline-f/reports/1265\\_E.htm](http://www.ipu.org/parline-f/reports/1265_E.htm)> Acesso em: 22/03/2015

IPU – Inter-Parliamentary Union, Women in National Parliaments (World Classification). 2015. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>> Acesso em: 22/03/2015

JEFREMOVAS, “*Loose Women, Virtuous Wives, and Timid Virgins: Gender and the control of Resources in Rwanda,*” *Canadian Journal of African Studies* 25, no. 3 (1991): 379-392.

JEFREMOVAS, Villia. “*Socioeconomic conditions, not ethnic hatred, led to the genocide.*” *The Rwanda Genocide: At Issue in History*. Ed. Christina Fisanick. Chicago: Greenhaven Press, 2004. 29-39.

LIPP, Camila Soares. Relações de gênero em Ruanda no período pós-genocídio: mudanças de fato? Disponível em: <[https://www.academia.edu/4927863/RELA%C3%87%C3%95ES\\_DE\\_G%C3%8ANERO\\_EM\\_RUANDA\\_NO\\_PER%C3%8DODO\\_P%C3%93SGENOC%C3%8DDIO\\_MUDAN%C3%87AS\\_DE\\_FATO\\_GENDER\\_RELATIONS\\_IN\\_RWANDA\\_ON\\_THE\\_POST-GENOCIDE\\_PERIOD\\_REAL\\_CHANGES\\_Licenciado\\_sob\\_uma\\_Licen%C3%A7a\\_Creative\\_Commons](https://www.academia.edu/4927863/RELA%C3%87%C3%95ES_DE_G%C3%8ANERO_EM_RUANDA_NO_PER%C3%8DODO_P%C3%93SGENOC%C3%8DDIO_MUDAN%C3%87AS_DE_FATO_GENDER_RELATIONS_IN_RWANDA_ON_THE_POST-GENOCIDE_PERIOD_REAL_CHANGES_Licenciado_sob_uma_Licen%C3%A7a_Creative_Commons)> Acesso em: 20/03/2015

NEWBURY, Catharine e BALDWIN, Hannah. ‘*Aftermath: Women in Post-genocide Rwanda*’, *Centre for Development Information and Evaluation, US Agency for International Development, Washington. Working paper n. 303, July, 2000*. Disponível em: <[http://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/Pnacj323.pdf](http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnacj323.pdf)> Acesso em: 26/03/2015

NISR - National Institute of Statistics of Rwanda. Disponível em: <<http://statistics.gov.rw/>> Acesso em: 15/03/2015

NIYIBIZI, Peter “Rwanda’s Legacy”, *The New Times*, August 11, 2006, 8.

NOLLI, Elisa Cristina e ARMADA, Charles Alexandre Souza. A guerra civil em Ruanda e a atuação da ONU. *Revista Eletrônica de Iniciação Científica*. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 4, n.1, p. 699-708, 1º Trimestre de 2013. Disponível em: [www.univali.br/ricc](http://www.univali.br/ricc) Acesso em 18/03/2015

ONU – United Nations. Ending Violence Against Women and Girls. 2015. Disponível em: <<http://www.un.org/en/globalissues/briefingpapers/endviol/>>

ONU DATA – Nações Unidas – Estatísticas Disponível em:

<<http://data.un.org/Data.aspx?q=rwanda&d=MDG&f=seriesRowID:557;countryID:646&c=2,3,4&s=countryEnglishName:asc,year:desc&v=1>> Acesso em: 18/03/2015

ONU MOZAMBIQUE - Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) 3 – Promover a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres, Moçambique, 2008. Disponível em:

<<http://www.mz.one.un.org/por/O-Que-Fazemos/ODM-3-Promover-a-Igualdade-de-Genero>> Acesso em: 22/03/2015

ONU MULHERES - 20 anos após a Declaração de Pequim, a 59ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher terá início, em 9/3, em Nova Iorque. 2015. Disponível em:

<<http://www.onumulheres.org.br/noticias/20-anos-apos-a-declaracao-de-pequim-a-59a-sessao-da-comissao-sobre-a-situacao-da-mulher-tera-inicio-na-proxima-segunda-feira-em-nova-york/>> Acesso em: 23/03/2015

ONU MULHERES – Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca/>> Acesso em: 14/03/2015

ONU MULHERES, Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher.

Pequim, 1995. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim.pdf)> Acesso em: 10/03/2015

OSAGI - United Nations Office of the Special Adviser on Gender Issues And Advancement of Women. Strengthening Governance: The Role of Women in Rwanda's Transition A Summary. 2004.

Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/meetings/2004/EGMelectoral/EP5-Powley.PDF> Acesso em: 26/03/2015

PAULA, Luiz Augusto Módolo de, Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda, USP (Faculdade de Direito) 2011, São Paulo, Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>> Acesso em: 22/03/2015

RWANDA. Government of the Republic of Rwanda. **Genocide**. 2012. Disponível em:

<<http://www.gov.rw/Genocide?lang=en>>. Acesso em: 20/03/2015

RWANDA. Government of the Republic of Rwanda. **History**. 2012. Disponível em:

<<http://www.gov.rw/History?lang=en>>. Acesso em: 25/03/2015.

RWANDA. **Rwanda Women's Network**. Disponível em: <<http://www.rwandawomennetwork.org/>>. Acesso em: 23/03/2015.

SILVA, Vera. As mulheres no conflito armado do Ruanda. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira, n. 24, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0874-55602011000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602011000200008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20/03/2015.

SKARLATOS, Theopi. Mulheres lideram reconstrução de Ruanda pós-genocídio BBC News, 2012.

<[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121227\\_mulheres\\_ruanda\\_pai.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121227_mulheres_ruanda_pai.shtml)>. Acesso em: 24/03/2015>

SKARLATOS, Theopi. **Mulheres lideram reconstrução de Ruanda pós-genocídio**. BBC Ruanda, Kigali. 2012. Disponível em:

The New Times, 'Gender equality in education: What is happening with our girls?', Rwanda's first Daily. Disponível em:  
<[http://www.newtimes.co.rw/news/views/article\\_print.php?1308&a=171&week=40&icon=Print](http://www.newtimes.co.rw/news/views/article_print.php?1308&a=171&week=40&icon=Print)>  
Acesso em: 18/03/2015

TOPPING, Alexandra. Rwanda's women make strides towards equality 20 years after the genocide. 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/global-development/2014/apr/07/rwanda-women-empowered-impoverished>> Acesso em: 16/03/2015

TOPPING, Alexandra. Widows of the genocide: how Rwanda's women are rebuilding their lives. The guardian, 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/global-development/2014/apr/07/widows-genocide-rwanda-women>> Acesso em: 15/03/2015

U.S. DEPARTMENT OF STATES - U.S. Relations With Rwanda. Bureau of African Affairs. 2013. Disponível em: <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2861.htm>> Acesso em: 14/03/2015

UN – United Nations, Outreach Programme on The Rwanda Genocide and the United Nations, Supporting Survivors Disponível em:  
<<http://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/about/support.shtml>> Acesso em: 14/03/2015

UN – United Nations, Outreach Programme on The Rwanda Genocide and the United Nations, Preventing Genocide, Disponível em:  
<<http://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/about/preventgenocide.shtml>> Acesso em: 18/03/2015

UN WOMEN – International Women's Day 2015. Disponível em:  
<<http://www.unwomen.org/en/news/in-focus/international-womens-day>> Acesso em: 18/03/2015

UN WOMEN Facts and Figures: Leadership and Political Participation - Women in parliaments. 2015. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures>> Acesso em: 17/03/2015

UNDP – United Nations Development Programme, Ruanda. About Rwanda. Disponível em:  
<<http://www.rw.undp.org/content/rwanda/en/home/countryinfo/>> Acesso em: 14/03/2015

UNDP – United Nations Development Programme, Ruanda. Millenium Development Goals. Disponível em: <<http://www.rw.undp.org/content/rwanda/en/home/mdgoverview/overview/mdg3/>> Acesso em: 18/03/2015

UNICEF - *Rwanda: Ten years after the genocide*. 2004. Disponível em:  
<[http://www.unicef.org/infobycountry/rwanda\\_genocide.html](http://www.unicef.org/infobycountry/rwanda_genocide.html)> Acesso em: 14/03/2015

UNITED NATIONS. Disponível em:  
<<http://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/about/bgjustice.shtml>> Acesso em: 14/03/2015

VALJI, Nahla. *Gender Justice and Reconciliation. Dialogue on Globalization Occasional Papers*. Berlin, nº35/November 2007. Disponível em: [library.fes.de/pdf-files/iez/05000.pdf](http://library.fes.de/pdf-files/iez/05000.pdf), Acesso em: 26/03/2015

WEF - World Economic Forum, 'Global Competitiveness Report', 2013-2014, Disponível em:  
[http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GlobalCompetitivenessReport\\_2013-14.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2013-14.pdf). Acesso em: 14/03/2015

Women's Forum for the Economy and Society. <<http://www.womens-forum.com/>> Acesso em: 15/03/2015

ZYL, Paul Van. Promovendo a Justiça Transicional em Sociedades Pós-Conflito. In: Revista Anistia Política e Justiça de Transição. Brasília: Ministério da justiça